

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A HISTÓRIA DE UM CONCEITO

Flávio Lúcio R. Vieira*

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a trajetória e as contradições nos debates internacionais que levaram à origem – a moda, hoje, é dizer “invenção” – do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Para tanto, analisaremos o contexto de transição econômica em que o capitalismo estava vivendo no contexto dos debates sobre a temática e que exercerá decisiva influência sobre as políticas de desenvolvimento nacionais e, portanto, sobre a nova proposta de desenvolvimento que nascia em meio a esse ambiente de transição. Aqui, a ênfase analítica recairá sobre a participação da ONU, através da CMMAD, na formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, cujos delineamentos teóricos principais vão dando-se por dentro dela. Este texto é parte de nossa tese de doutorado “O círculo fechado do consenso neoliberal: planejamento regional, desenvolvimento sustentável e neoliberalismo no Nordeste” (VIEIRA, 2002).

Desenvolvimento e meio ambiente surgem como problemas efetivos em fins da década de 1960 que se concretiza em 1972, com uma publicação do relatório do *Clube de Roma*,¹ sob o título *Limites do Crescimento*², e a realização, no mesmo ano, da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Esses dois acontecimentos são fundamentais porque marcam o início das iniciativas internacionais

* Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de História da UFPB.

¹ O *Clube de Roma* foi criado em 1968 pela iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei, que compôs um grupo inicialmente formado por 30 pessoas de várias áreas, de várias nacionalidades e originários de institutos de pesquisa, entre os quais o MIT, cujo objetivo era discutir problemas relativos às perspectivas econômicas e sociais do capitalismo. (MEADOWS et. al., 1973)

² MEADOWNS, Donella H., MEADOWS Dennis L., RANDERS, Jørgen, BEHRENS III, William W. *Limites do crescimento*. Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

que tornarão, desde então, a questão ambiental um dos temas principais na agenda política internacional. No Relatório do Clube de Roma, a preocupação central dizia respeito aos níveis de crescimento da população mundial e ao esgotamento previsível dos recursos naturais do Planeta, ao serem mantidas as taxas de crescimento populacional, demonstrando a clara influência das teses malthusianas, agora incorporadas a questão alimentar o problema dos recursos naturais.

Para Brüseke³, nenhuma dessas iniciativas ocorreu por acaso e se inscrevem como expressão de debates intelectuais sobre a questão ecológica, iniciados durante a década de 1960. Ao chamar a atenção para os limites do crescimento, o Clube de Roma e o MIT questionavam na prática a necessidade dos países periféricos continuarem seus esforços de desenvolvimento, chamando a atenção para a responsabilidade *planetária* de manter o equilíbrio entre o crescimento da população e a satisfação das suas necessidades materiais. As políticas de desenvolvimento sofrem, assim, vigoroso questionamento, e não apenas dos meios institucionais. A forte expansão industrial das décadas de 1950 e 1960, nos países desenvolvidos, começa a arrefecer e a dar sinais de que o capitalismo encerraria um longo período expansivo e, nos termos de Mandel⁴, estaria entrando numa onda longa de tonalidade estagnante. Celso Furtado⁵, já em 1974, no livro que representa em parte uma ruptura com a sua crença desenvolvimentista encaminhando-o para uma visão estagnacionista⁶, faz referência ao estudo publicado pelo Clube de Roma pela irritação causada entre os economistas que até então acreditavam em um progresso linear, sem estes se darem conta dos impactos causados ao meio ambiente físico e social (poluição do ar, criminalidade, deterioração dos serviços públicos).

Furtado não deixa de reconhecer a importância do relatório para levantar uma questão até então desprezadas pelos economistas do desenvolvimento, chamando a atenção para um aspecto central nos debates

³ BRÜSEKE, Joseph F. "O problema do desenvolvimento sustentável". In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

⁴ MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁵ FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

⁶ GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

atuais sobre desenvolvimento sustentável relegado por muitos estudiosos: “Pela primeira vez dispomos de um conjunto de dados representativos de aspectos fundamentais da estrutura e de algumas tendências gerais daquilo que *se começa* a chamar de *sistema econômico planetário* [g.n.]”⁷

Segundo o economista brasileiro, entre os problemas mais dramáticos, por exemplo, da economia dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos — que não se encontram no relatório citado — está a crescente dependência de recursos não renováveis (cobre, enxofre, petróleo). As preocupações com a universalização do modelo de desenvolvimento econômico trazidas a público pelo Clube de Roma se referem especialmente aos limites desses recursos. Daí a inviabilidade de sua universalização pelo seu provável esgotamento, o que significaria o colapso do padrão societário baseado no consumo e na produção de massas, cujo padrão de consumo limite seria o da sociedade americana. Presume-se, assim, a possibilidade de todos os países periféricos chegarem àquele nível de industrialização e consumo. Aqui, ao lado da abordagem malthusiana, são também retomadas as teses originais de Rostow⁸, segundo as quais todos os países tenderiam a atingir, desde que cumprissem as etapas necessárias, os níveis de industrialização dos países desenvolvidos.

Os limites agora estabelecidos não são, portanto, econômicos, mas ecológicos. Tal discurso é utilizado pela primeira vez para justificar uma crítica à industrialização da periferia capitalista, sem observar, como chama a atenção Furtado, que é exatamente a concentração da renda mundial nos países desenvolvidos que exerce a maior pressão sobre o consumo dos recursos não renováveis.

As relações entre a acumulação de capital e a pressão sobre os recursos, que estão na base das projeções [do estudo Limites do crescimento], se fundam em observações empíricas e podem ser aceitas como uma primeira aproximação válida. O que não se pode aceitar é a hipótese, também fundamental nessas projeções, segundo a qual os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária. Essa hipótese está em direta contradição com a orientação geral do desenvolvimento que se realiza atualmente no conjunto do

⁷ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 17.

⁸ ROSTOW, W. W. *Las etapas del crecimiento económico: un manifiesto no comunista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

sistema, da qual resulta a exclusão das grandes massas que vivem no nos países periféricos. Ora, são exatamente esses excluídos que formam a massa demográfica em rápida expansão.⁹

No entanto, não sendo essa massa periférica a maior responsável pela pressão sobre os recursos naturais do Planeta, a crítica deveria ser deslocada para o outro lado: a população dos países ricos e a minoria privilegiada dos países periféricos, que tenderá a crescer, aumentando a demanda por mais recursos. A pressão relativa ao crescimento populacional da periferia é de outra ordem e só indiretamente tem influência sobre o aumento deterioração do meio ambiente.

Assim, é possível concluir que a explosão demográfica previsível no planeta (que já supera os seis bilhões de pessoas) tem uma influência mais política do que econômica, apesar de, segundo algumas visões, a pobreza ser uma fonte importante de degradação ambiental, como veremos mais adiante.

Por outro lado, diferentemente do que pensa Meadows et. al., as condições estruturais do próprio mercado mundial impedem a generalização e homogeneização do modelo cêntrico; portanto, o limite não é apenas ecológico. Ao contrário, a evolução do desenvolvimento econômico capitalista tem criado, recriado e desenvolvido novas diferenças e contradições. Uma delas diz respeito exatamente aos privilégios de uma minoria que sempre se beneficiou do crescimento econômico, em detrimento da miséria do contingente majoritário da população mundial, que se expressa no consumo desenfreado que pode colocar em risco a reprodução futura da própria humanidade. Altvater¹⁰ chama a atenção para o fato de que desde a década de 1920, os Estados Unidos, apesar da grandeza do seu território e de suas jazidas, necessitam continuamente importar minerais, mesmo tendo uma produção superior a 30% da produção mundial de várias fontes de energia e matérias-primas. Empurrados pela lógica “sistematizadora” fordista da sociedade e da natureza, que pressupunha uma racionalização da produção industrial (de massas), com vistas a atender a um mercado (de massas) e um padrão social e cultural que reconhecia agora o trabalhador não apenas como portador de força de trabalho, mas também como um

⁹ FURTADO, Celso. Op. cit., pp. 70-71.

¹⁰ ALTVATER, Elmar. *O Preço da riqueza*. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

consumidor, estabeleceu-se o *american way of life*, que permitiu uma revolução nas formas da sociabilidade capitalista, seja do ponto de vista do trabalho, que é subsumido completamente à organização fordista, seja do ponto de vista do trabalhador, integrado ao mercado de consumo de bens duráveis¹¹. Quanto à natureza, afirma Altvater: "(...) o fordismo é uma inovação técnica e social que inclui um novo modo de interação com a natureza exterior: esta seria apreendida essencialmente como fonte de recursos, erigindo-se entre os homens e a natureza uma 'escada' tecnológica (Marx)", o que tornará a natureza não apenas fonte de apropriação com vistas à acumulação de capital, mas também objeto de "sistematização".¹²

Procurando atender à crescente demanda interna por fontes de energia e matéria-prima, os Estados Unidos expandem a "pilhagem" da natureza para fora de suas fronteiras. E o fordismo, que vai fornecer o padrão para as políticas de desenvolvimento adotadas após a Segunda Guerra, incorporando nele o restante dos países desenvolvidos, o que logo os tornarão também países dependentes de recursos naturais. As tentativas de muitos dos países dependentes de se modernizarem, agravará mais ainda o problema das limitações dos recursos naturais. Essas novas preocupações da política internacional não estão desarticuladas de acontecimentos que se deram no início da década de 1970 e que irão minar as bases em que o fordismo estava assentado.

O primeiro grande acontecimento se dá em 1971, com o fim do padrão-ouro como mecanismo de regulação do sistema monetário internacional a partir de uma decisão unilateral dos EUA. Representou na prática o fim do sistema criado em *Bretton Woods*, em 1944. Até 1971, as questões monetárias internacionais eram organizadas mediante regras fixas e públicas e estabeleciam como fundamento do sistema de trocas o dólar

¹¹ Os números citados por Michel Beaud (BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 260-262) são reveladores. As inovações introduzidas por Henry Ford nas suas fábricas de automóveis (pagamento de um salário que representava quase o dobro da média do setor, redução da jornada de nove para oito horas semanais, ao mesmo tempo em que a linha de montagem passava a determinar e controlar os movimentos e as tarefas dos trabalhadores), fizeram crescer rapidamente a produtividade do trabalho: de 1913 a 1929 a produção de automóveis cresce de 500 mil para 5 milhões, ao mesmo tempo em que o preço do modelo T cai de US\$ 1.950,00, em 1913, para US\$ 200,00, em 1929! Produção em massa, consumo em massa. Numa pesquisa realizada pela companhia Ford em 1929, em Detroit, de 100 famílias operárias, 98 tinham ferro de passar elétrico, 76 máquina de costura, 51 máquina de lavar, 49 fonógrafo, 36 rádio, 21 aspirador. 47% das famílias tinham automóveis.

¹² ALTVATER, Elmar. Op. cit., p. 88.

como moeda de conversibilidade internacional, tendo seu valor ancorado ao ouro, portanto com um valor fixo. Isto significou dizer que o comércio mundial era regido por taxas de câmbio fixas. Essa relação se extingue quando o valor do dólar, descolado do ouro, passa a sofrer as flutuações do mercado. O passo seguinte foi dado com fortalecimento do capital rentista e a estruturação do sistema financeiro internacional dos dias de hoje, criando a chamada “economia do endividamento”¹³, instrumento central de subordinação dos Estados nacionais periféricos aos detentores de dólares para empréstimos. No plano da produtividade, o fim dos anos de 1960 começou a demonstrar a incapacidade de o fordismo se reproduzir de maneira definitiva como modo de regulação ou regime de acumulação, nos termos expressos por Aglieta e depois por Boyer e Lipietz¹⁴, quando as taxas de crescimento dos países do primeiro mundo começam a experimentar uma drástica redução. Isso tornariam visíveis as contradições do próprio desenvolvimento capitalista, esboçadas na própria forma que o Estado havia assumido e que Harvey¹⁵ resume numa palavra: *rigidez*, seja nos investimentos em capital fixo, que estavam relacionados com a estrutura do próprio mercado, seja na organização do trabalho e do seu mercado. A crise em andamento iria explodir com a primeira *crise do petróleo*, em 1973. Esse acontecimento tem implicações no debate econômico e ecológico. Tendo se beneficiado do baixo preço do petróleo durante décadas, especialmente após 1950, a primeira crise do petróleo deflagrará um violento aumento dos custos de produção – o que provocará um aumento geral de preços. Para Hobsbawm¹⁶, só após a primeira crise do petróleo, ironicamente, “os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da conseqüente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes motorizadas do mundo, em particular na americana”. Os efeitos econômicos, no entanto, foram devastadores para o modo de regulação fordista, expondo a gravidade da crise fiscal, que desde então se tornou a pedra de toque da crítica neoliberal às políticas econômicas

¹³ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 248ss

¹⁴ AGLIETA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme: L'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann, 1976; BOYER, Robert. *A Teoria da Regulação: Uma análise crítica*. Lisboa: Dinalivro, 1990; LIPIETZ, Alain. *Mirages et Miracles*. Problème de l'industrialization dans le tiers monde. Paris: La Découverte, 1985.

¹⁵ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, p.135.

¹⁶ HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Cia da Letras, 1995, p.258.

e sociais keyesianas. As dificuldades do Estado e a capacidade produtiva das grandes corporações subtilizadas mediante a inexorável redução do mercado – que estabeleceu uma tendência de crescimento desde então, especialmente na Europa – provocou, segundo Harvey, uma mudança na estratégia dessas empresas, que passarão a intensificar o processo de “mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital”¹⁷. Essas mudanças solaparão definitivamente o “compromisso fordista” e darão origem a mudanças estruturais no regime de acumulação, fazendo surgir o que Harvey chama de *acumulação flexível*, modo de regulação que se contrapõe à rigidez fordista *no mercado de consumo, no mercado de trabalho e no modelo de organização do trabalho, no papel da Ciência e Tecnologia*, e no papel do Estado, configurando um novo padrão de gestão do Estado e de relacionamento deste com a sociedade, que se caracteriza pela adoção de novas posturas frente ao déficit público, redução dos gastos sociais, soluções monetaristas, além de um profundo anti-sindicalismo.

Assim, a crítica do desenvolvimento procedida no início dos anos de 1970 pelos organismos internacionais, se não objetivam traçar com clareza imediata a nova estratégia capitalista fundada na ascensão de um novo regime de acumulação, já constituem indícios evidentes disso. O problema fiscal assume desde então centralidade no discurso dos economistas e na política os Estados. Tendo sido atingindo o fundamento regulatório do fordismo, que era o Estado de orientação keynesiana, as transformações institucionais sinalizam para uma volta da hegemonia liberal, tendo agora como centro de sua estratégia a crítica ao problema fiscal. Numa obra que nasce em meio aos acontecimentos aqui apresentados (1973) e parece se antecipar para ajudar a pôr abaixo o argumento daqueles que vêem no problema fiscal gerado pelos crescentes gastos sociais do Estado (keynesiano) como o centro da sua crise, O'Connor¹⁸ demonstra, a partir da análise do caso americano, que o problema fiscal daquele Estado e as pressões sobre orçamento causadas pelos crescentes gastos do governo não se origina especificamente no aumento dos gastos sociais – cujo retorno para o capital se dá de várias formas, sejam políticas ou diretamente

¹⁷ HARVEY, David, Op.cit., pp. 137-140.

¹⁸ O'CONNOR, James. USA: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

econômicas – , mas no financiamento dos grandes grupos econômicos. Para O'Connor, a grande expansão do capital monopolista nos EUA do pós-guerra teve como suporte principal o crescimento do setor público. Essa característica leva às crises fiscais na medida em que o processo de financiamento do Estado e de suas políticas se dá de maneira socializada, especialmente cobrando mais impostos sobre os mais pobres, ao passo que a apropriação privada dos lucros tende a criar o que ele chama de “brecha estrutural” (*ibid.*:22) entre as despesas do Estado e suas rendas. A crítica dos déficits públicos gerados pelo Estado Keynesiano tornou-se a pedra-de-toque dos novos liberais, renascidos em meio à crise que se espalhava pelo mundo ocidental nesse momento¹⁹. Assim é que na virada dos anos de 1970, principalmente após as vitórias de Margaret Thather, na Grã-Bretanha (1979), e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980), seguida de uma onda de direitização que logo após atingiu a Alemanha (1982), Dinamarca (1983) e depois quase toda a Europa, com exceção da Suécia e Áustria²⁰, a política econômica keynesiana é posta em xeque e passa a ser amplamente criticada pelos liberais rejuvenescidos e agora mais conservadores do que nunca. Anderson analisa a experiência do governo de Thather como a mais pura expressão do que se convencionou chamar de neoliberalismo: controle e contração da emissão de moeda, elevação das taxas de juros, redução dos impostos sobre os rendimentos mais altos, fim do controle sobre os fluxos financeiros, desemprego em massa, tratamento duro contra as greves – a dos mineiros ingleses no início da década de 1980 é simbólica e inaugura o novo tipo de relação entre os sindicatos e o governo, se expressando na constituição de uma legislação anti-sindical, – cortes nos gastos sociais e privatização de empresas estatais. O caso da Grã-Bretanha é um caso clássico, não se repetindo com as mesmas características na Europa e nos Estados Unidos, mas as influências no tratamento do déficit público, a redução dos gastos sociais, as soluções monetaristas, vão fazer parte do receituário não apenas da direita conservadora mas também da social-democracia no poder na maioria dos países da Europa. Trata-se, segundo Lipietz²¹, de um modelo de desenvolvimento, que fundamenta seu discurso

¹⁹ BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado**. São Paulo: UNESP, 1991.

²⁰ ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir (et al.) **O Pós-Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

²¹ LIPIETZ, Alain. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Ática, 1991.

no argumento de que, com a “revolução tecnológica” em andamento, a estrutura rígida do Estado e o poder dos sindicatos impedem o seu livre desenvolvimento, ao privar a capacidade financeira das empresas.

No caso de países como o Brasil, o modelo de desenvolvimento se estruturou desde então a partir de uma redefinição do pacto que comportava as classes hegemônicas que comandavam o Estado e que se ajustava à nova configuração externa do capitalismo, como veremos no próximo capítulo. O golpe de 1964 foi a expressão mais bem acabada da radicalização interna dos conflitos que permeavam a gestação desse novo padrão de acumulação, agora baseada numa aliança entre a burguesia brasileira, o grande capital monopolista externo e o Estado, que tinha por base uma nova divisão de trabalho quanto ao controle interno dos departamentos do desenvolvimento capitalista. Essa mudança, entre outras coisas, ratificou, de maneira definitiva, o caráter estruturalmente conservador e concentrador da riqueza do modelo brasileiro iniciado nos anos 30.

Portanto, não é possível entender as mudanças no chamado “paradigma de desenvolvimento” sem termos em conta as transformações que se operavam no capitalismo mundial, especialmente porque é no interior das instituições internacionais e sob o seu comando que o debate é impulsionado, determinando a sua natureza e a orientação que ele assume. A própria definição do termo *sustentável* foi objeto de discussões e passou pelo crivo dos interesses dos países desenvolvidos. Segundo Naredo²², quando em meio aos debates sobre o informe do Clube de Roma, Ignacy Sachs²³ propôs o termo “ecodesenvolvimento”, que buscava conciliar os objetivos de aumento da produção do Terceiro Mundo com o a preservação

²² NAREDO, José Manuel. *Sobre la origen, el uso y el contenido del término sostenible*. Ciudades para un futuro mas sostenible (CF+S). Madrid, março de 1998. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a004.html>. Acesso em: 20 jan. 2001.

²³ Ignacy Sachs na mesma época, ensaiava uma crítica das teorias tradicionais do desenvolvimento. Para Sachs, a crítica do desenvolvimento deveria centrar-se, antes de tudo, na visão segundo a qual o crescimento econômico era um mero resultado do avanço das forças produtivas e o desenvolvimento um resultado quase espontâneo disso. E essa visão, que expressava uma concepção que reduzia o processo histórico a um movimento linear; segundo Sachs, unia muitos conservadores e muitos marxistas, especialmente aqueles capitaneados pela URSS. Sachs defendia que o desenvolvimento não devia ser restrito a objetivos estritamente econômicos (como crescimento do PIB, das exportações), mas também sociais e culturais, respeitando as especificidades históricas de cada lugar na elaboração e aplicação das suas políticas; portanto, negando qualquer veleidade universalista para qualquer teoria do desenvolvimento. Ao contrário do Furtado do *Mito do desenvolvimento econômico*.

dos ecossistemas, contrariou frontalmente as posições proclamadas pelos países desenvolvidos. Essas diferenças se tornaram evidentes na Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em Cocoyoc²⁴ (México), em 1974, quando ocorreu a elaboração e divulgação da carta que foi divulgada no final da conferência. Naredo relata assim o acontecimento:

Quando este termo [“ecodesenvolvimento”] começou a ser utilizado nos círculos internacionais relacionados com o ‘meio ambiente’ e ‘desenvolvimento’, deu-se lugar um episódio que vaticinou a sua sorte. Trata-se da chamada declaração de Cocoyoc, resultado de um seminário promovido pelas Nações Unidas do mais alto nível, com a participação de Sachs (...). O próprio presidente do México, Echeverría, subscreveu e apresentou a imprensa as resoluções de Cocoyoc, que incluíam o termo ‘ecodesenvolvimento’. Alguns dias mais tarde, segundo recorda Sachs em uma recente entrevista [Sachs, I., 1994], Henry Kissinger manifestou, como chefe da diplomacia

Sachs acreditava nas “virtudes curísticas” da teoria do desenvolvimento, sem concebê-la, no entanto, como algo separado de questões tais como quem seriam os beneficiários do esforço de desenvolvimento e eficácia social. Sachs, já em 1972, chamava a atenção para as críticas do desenvolvimento centradas nas práticas do planejamento que propugnavam a volta do desenvolvimento “espontâneo”, o que significaria “voltar às antigas ilusões das virtudes dos mecanismos de mercado” e ao “mito da mão invisível do Estado”. Trata-se, ainda segundo Sachs, de reformular tais práticas, dando a elas um caráter mais participativo e democrático, sem excluir o fator político que deve se integrar às outras variáveis explicativas para considerar o planejamento e o desenvolvimento a partir de determinações sociais, que são necessariamente sujeitas a conflitos. SACHS, Ignacy La lógica del desarrollo. *Revista Internacional de ciencias sociales*. Nova York, n. 157, set. 1998. Disponível em: <<http://firewall.unesco.org/issj/rics157/sachsspa.html#isac>>. Acesso em: 22 jan. 2001.

²⁴ Ao fazer o levantamento das hipóteses que constam na declaração de Cocoyoc sobre as responsabilidades da degradação ambiental, Brüseke (1995:32) aponta entre elas os exagerados níveis de consumo do dos países desenvolvidos. No entanto, começa a ser dado ali um importante destaque à hipótese de que os países pobres são também responsáveis pelos problemas ambientais do planeta, devido à explosão demográfica e à pobreza dos países africanos, asiáticos e latino-americanos que conduzem a práticas que degradam o solo e os recursos vegetais. No entanto, juntamente com o Relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld, publicado um ano depois (1975), a Declaração de Cocoyoc constitui um marco da reação dos países do Terceiro Mundo aos intentos dos países desenvolvidos de limitar o seu desenvolvimento com os argumentos de proteção do meio ambiente (BRÜSEKE, Joseph F. “O problema do desenvolvimento sustentável”. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

norte-americana, sua desaprovação do texto em telegrama enviado ao presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [Maurice Strong]: era necessário reformular o vocabulário e, mais concretamente, o termo 'ecodesenvolvimento', que acabou assim sendo vetado nestes fóruns.²⁵

O veto ao termo *ecodesenvolvimento* demonstra que expressões de uso geral que invadem com facilidade o cotidiano das discussões políticas e econômicas devem ter necessariamente uma conotação de aparente neutralidade, exatamente para não conformar nem expor grandes contradições quando do seu emprego. Por isso, é interessante notar nesses debates internacionais sobre questões que colocam em jogo interesses econômicos e estratégicos das nações desenvolvidas os termos em geral utilizados assumem um caráter ao mesmo tempo vago e ambíguo. É o caso do termo desenvolvimento sustentável, segundo as percepções de muito autores, entre os quais Lélé²⁶. Como afirma Chesnais, tal precisão nesses debates, assim como no "imaginário social", impediria o consenso em torno deles, já que expressaria os seus vínculos sociais. Chesnais, nesse caso, está referindo-se ao termo globalização, mas a sua crítica pode muito bem ser estendida à discussão do adjetivo sustentável: "termos assim teriam agradado à Rainha de Copas de *Alice no país das maravilhas*, pois cada qual pode empregá-los exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhe o conteúdo ideológico que quiser."²⁷

Deste modo, num debate que envolvia interesses não apenas distintos, mas também muitas vezes antagônicos, os termos em uso não deveriam se apresentar como legitimação do discurso dos países periféricos, nem muito menos dos países desenvolvidos. Isto, porque, como já afirmara Weber²⁸, "em última análise, também os processos de desenvolvimento são lutas de dominação", não sendo, portanto, algo que se possa constituir como a

²⁵ Op. cit.

²⁶ LÉLÉ, S. M.. "Sustainable Development: a critical review". *World development*. Great Britain: Pergamon Press, n. 19, 607-621, junho, 1991.

²⁷ Op. cit., p. 24.

²⁸ In FIORI, José Luís. "Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações". In: FIORI, José Luís (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

harmonização de interesses opostos, sendo uma contenda que se resolve no interior da correlação nacional e internacional de forças. Tal fato é determinado pela capacidade interna de seguir financiando um projeto de desenvolvimento “nacional”, o que é um fator determinante para a conquista de uma autonomia relativa dos países dependentes em relação aos países desenvolvidos no mercado mundial capitalista.

Por isso, consideramos ser possível inferir que a diferença entre países desenvolvidos e periféricos estava centrada, durante os anos de 1970, no problema da reorientação da estratégia desenvolvimentista, com ênfase nas incidências ambientais. Isso fica demonstrado pela atuação dos representantes do governo brasileiro nos debates internacionais²⁹, assim como também, pela reação dos países latino-americanos, exposta no *Relatório de Bariloche* contra as limitações ao desenvolvimento impostas pela questão ecológica³⁰. E isso se apresentava como um problema efetivo a ser enfrentado nas relações internacionais entre esses países.

Nos anos de 1970, o consenso em torno de uma nova estratégia de desenvolvimento parecia distante; por isso, as diferenças se mantiveram aparentemente suspensas até os primeiros anos da década de 1980, enquanto as conferências e colóquios internacionais continuaram a debater o problema. No entanto, como afirma Hobsbawm³¹, à medida que aumentava o fosso entre ricos e pobres, o exercício de um poder global estava viabilizando-se, ao mesmo tempo que os EUA, através do FMI e Banco Mundial, pressionavam os países pobres para a abertura comercial, propugnando uma economia de livre mercado, que, semelhante ao que acontecera com a Inglaterra no final do século XIX, serviria aos interesses das suas grandes corporações. A chamada economia global se constituía ao mesmo tempo que se fragilizavam os Estados-nações periféricos.

Não é possível estabelecer com clareza a relação entre o encaminhamento para a resolução desse conflito a respeito do uso geral do termo desenvolvimento sustentável e a crise vivida pelos países periféricos no início da década de 1980. Tal crise serviu para solapar as bases do Estado

²⁹ GUIMARÃES, Roberto. Da oposição entre desenvolvimento e meio ambiente e desenvolvimento sustentável. In: FONSECA JR. e DE CASTRO, Sérgio Henrique N. (orgs.) *Temas de política externa brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 201-232.

³⁰ ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza*. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

³¹ HOBBSAWM, Eric. Op. cit.

desenvolvimentista, via principal das políticas nacionais de desenvolvimento. O certo é que a questão se encaminha para uma resolução a partir de 1983, curiosamente quando está em ocorrência nos seus primeiros anos a chamada “crise da dívida”, quando os países da América Latina – no caso do Brasil, passada a expansão econômica financiada através de maciço endividamento externo dos anos de 1970 –, entraram em crise devido, sobretudo, às exigências de pagamentos do serviço da dívida.³² O enfrentamento observado nos anos 70 se encaminha para a elaboração de uma estratégia “global” a respeito do desenvolvimento e do enfrentamento da chamada crise ecológica.

Em dezembro de 1983, pouco mais de uma década depois da publicação do seminal relatório *Limites do crescimento* e da realização da Conferência de Estocolmo, a ONU cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Esta é presidida pela Primeira-Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que, segundo as suas próprias palavras, foi incumbida de propor uma “agenda global para mudança” que estivesse em consonância com objetivos de longo prazo da “comunidade mundial”, no que tange às questões ambientais e à relação econômica e social entre os países em “estágios diferentes de desenvolvimento”. Coube-lhe também “ajudar a definir *noções comuns* [g.n.] relativas a questões ambientais”.³³

Em 1987, fruto dos trabalhos da CMMAD, é lançado o documento *Nosso Futuro Comum*³⁴, que se tornou mais conhecido como *Relatório Brundtland*. Ali foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável que genericamente foi definido como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. O problema começa por perguntar-se quais sejam as necessidades do presente (mais automóveis? Mais shoppings? Mais comida?) e quais serão as necessidades do futuro. De que geração do presente se fala? Dos jovens dos países ricos ou pobres?

³² Ver análise esclarecedora de Salama (1998:229-234) sobre as políticas internas (promovidas pelos países devedores para viabilizar os recursos financeiros para pagamento dos serviços da dívida) e externas (alta dos juros), que promoveu um rápido empobrecimento da América Latina e a desestruturação da capacidade de intervenção dos Estados latino-americanos.

³³ BRUNDTLAND, Gro Harlem. In: CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1991. p. XI.

³⁴ *Ibid.*, p.46.

Dos afegãos ou dos americanos? Diz-se tudo e ao mesmo tempo nada se diz. Da polêmica dos anos de 1970 ao “consenso” das décadas subseqüentes. Assim, a análise do problema ambiental do relatório se encaminha, desde o início, para o abordá-lo como um problema planetário, sem definir com clareza as responsabilidades e as atribuições com a chamada crise ecológica.

Na primeira página do documento da CMMAD o Planeta é descrito, visto do espaço, na forma natural de “uma bola frágil e pequena, dominada não pela ação do homem, mas por um conjunto ordenado de nuvens, oceanos, vegetação e solo”. Não obstante, esse ordenamento natural está sendo alterado pela *humanidade*, ou seja, por todos nós, independente de nossas diferenças históricas, culturais, sociais, econômicas, nacionais e de classe. A “humanidade” é a forma abstrata de definir o homem, ser social e natural ao mesmo tempo, mas homogêneo quanto à sua maneira de se relacionar entre si e com a natureza. Por isso, as preocupações são comuns e os desafios também e, apesar de reconhecermos haver uma só terra, no entanto, existem diversos mundos, que se distinguem genericamente pela capacidade de consumir os recursos da terra, ficando de um lado os que consomem excessivamente e de outro, em número muito maior, os que consomem insuficientemente e padecem na fome e na miséria. Reconhecendo-se ter havido progressos (aumento da expectativa de vida, melhorias educacionais), restaria “corrigir falhas” decorrentes do modelo de desenvolvimento, que seria a pobreza e o “modo equivocado com que temos freqüentemente buscado a prosperidade”. São esses modos que opõem ricos e pobres:

Muitas partes do mundo entraram numa espiral descendente viciosa: os povos pobres são obrigados a usar excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem, e o fato de empobrecerem seu meio ambiente os empobrece mais, tornando sua sobrevivência ainda mais difícil e incerta. A prosperidade conseguida em algumas partes do mundo é com freqüência precária, pois foi obtida mediante práticas agrícolas, florestais e industriais que só trazem lucro e progresso a curto prazo.(...) Hoje, a dimensão de nossa intervenção na natureza é cada vez maior, e os efeitos físicos de nossas decisões ultrapassam fronteiras nacionais. A crescente interação econômica das nações amplia as conseqüências das decisões nacionais.³⁵

³⁵ Ibid., p. 29

A citação acima expressa opiniões decisivas que demarcaram forte influência nos debates subseqüentes sobre desenvolvimento. Um primeiro aspecto diz respeito às responsabilidades atribuídas aos pobres pelas agressões ao ambiente, seja através do uso expansivo para o plantio de monoculturas destinadas à exportação e o difícil acesso às novas tecnologias agrícolas, seja pela concentração fundiária que promove ainda mais a pobreza e conduz a práticas devastadoras, como o desmatamento.

Para Martínez Alier³⁶, essa abordagem criou a moda de ver o problema ambiental como resultado da pobreza e acaba por inverter a lógica da análise ao transformar em culpado quem na realidade é vítima do desenvolvimento capitalista. Isto porque, como ele mostra, quanto maior o grau de riqueza de uma população mais ela caminha para práticas degradantes, seja diretamente ao ambiente (a exemplo da ampliação da produção de mais lixo doméstico e emissões de gases poluentes), seja pela aceleração do consumo de fontes de energia de uso doméstico (a exemplo da ampliação do uso do gás butano, através da criação e expansão das estruturas de canalização, que evolui para o uso de fornos elétricos e mais recentemente para o microondas, o que demanda um volume cada vez maior de energia elétrica). A pobreza em áreas rurais tende a estimular o uso de madeira como fonte para produzir calor, o que, no caso de regiões de vegetação frágil e com solos de baixa fertilidade, como o semi-árido nordestino, provoca a quebra do equilíbrio do ecossistema, gerando desertificação³⁷. No entanto, em áreas como a Amazônia, o desmatamento está majoritariamente ligado à agricultura mercantil e à produção de madeiras para o mercado interno e externo. No caso da agricultura, ela é acompanhada da prática das queimadas. A pobreza, desde então, passa a ser o centro das preocupações internacionais, especialmente do Banco Mundial, sem que se vincule o seu combate a um projeto de desenvolvimento endógeno, que demandaria políticas próprias de geração de emprego e distribuição de renda. Por outro lado, isso exigiria uma participação mais direta e ativa do Estado, a qual também exigiria recursos e fontes de financiamento.

O segundo aspecto que merece um comentário diz respeito ao *Planeta* na sua parte mais rica. A “crítica” do Informe Brundtland ao modo de vida

³⁶ MARTÍNEZ ALIER, Joan. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Ed. FURB, 1998.

³⁷ RODRIGUES, Valdemar et al.. *Avaliação do quadro de desertificação no Nordeste do Brasil: diagnósticos e perspectivas*. In: GOMES, Gustavo M. et al. *Desenvolvimento sustentável no Nordeste*. Brasília: IPEA, 1995, p. 263-304.

dos países ricos, do ponto de vista ambiental, refere-se a uma prosperidade buscada em resultados (lucro e progresso) de curto prazo. Portanto, a questão diz respeito a encontrar mecanismos, especialmente tecnológicos, que viabilizem a manutenção do crescimento econômico, intenção que pode ser resumida no desafio de estruturar uma indústria que consiga “com menos, produzir mais”³⁸. Portanto, diferentemente das proposições do Clube de Roma no início da década de 1970, que defendia um crescimento *zero* para todos os países, o Informe Brundtland se constitui uma justificativa para manter e ampliar os mesmos níveis de crescimento econômico e, por mais paradoxal que possa parecer, justifica isso pela necessidade de combate à pobreza no terceiro mundo. Assim se expressa a CMMAD em seu relatório:

Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece [o desenvolvimento sustentável] que os problemas ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento no qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e colham grandes benefícios³⁹.

Ora, se em geral se reconhece que os problemas ecológicos decorrem das pressões exercidas pelos níveis crescentes de produção e consumo, acima da capacidade de reposição e ajustamento ecológico da biosfera, como sugerir exatamente o contrário para se chegar a um desenvolvimento sustentável? E como ter como pressuposto a necessidade de uma outra “era de desenvolvimento”, se a última (1950-1970) foi a grande responsável pelos problemas ambientais do fim do século XX? Nesse período, o consumo de energia triplicou nos EUA, na mesma proporção em que cresceram as emissões de gás carbono, ao passo que trezentas mil toneladas de clorofluorcarbono (CFC), composto químico gasoso que é um dos principais responsáveis pelos danos à camada de ozônio e que quase não era utilizado antes da II guerra⁴⁰, eram jogadas na atmosfera do planeta? E isso ocorre, especialmente quando se sabe da lentidão em que um padrão tecnológico é substituído por outro. Por isso, longe de criticar o modelo societário que fornecia as bases da chamada crise ecológica, o

³⁸ CMMAD. Op. cit., p. 230.

³⁹ Ibid., p.44.

⁴⁰ HOBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 258.

Informe Brundtland exprimia uma visão confiante na capacidade reguladora do mercado, em que os interesses individuais e coletivos se encontrariam para chegar a um equilíbrio⁴¹. Para salvar a humanidade, salvaguardar antes os interesses do capital.

Por fim, quanto ao Informe Brundtland, cabe analisar a percepção da crise ecológica como um problema global, que transcende fronteiras nacionais, compreensão que está em consonância e nos remete à discussão das teses sobre “globalização”, que estiveram em seu auge alguns anos atrás e, apesar do desgaste, mantêm ainda grande influência. Por globalização, entende-se normalmente uma estrutura econômica determinada por processos que transcendem, ou estão fora do controle, dos Estados-nações e que as fronteiras em que estes se apoiavam para exercer sua autoridade e estabelecer os mecanismos “nacionais” de regulação econômica e social estão perdendo força. Propõe-se em seu lugar as formas transnacionais de poder político e econômico, orientadas pelo interesse das grandes corporações econômicas,⁴² os verdadeiros agentes desse processo. Restaria aos Estados-nações apenas a adaptação a essa onda, sobre o qual eles não têm capacidade alguma de controle. Tal proposição ideológica vê esse processo como inevitável, não havendo, portanto, como resistir às determinações dos referidos sujeitos do processo de globalização.

A “globalização”, ou mundialização, como prefere a tradição francesa⁴³, não está descolada do processo de liberalização econômica imposta pelos países desenvolvidos e pelas instituições políticas e financeiras sob o seu controle. O Relatório Brundtland certamente não escapou dessas influências; muito pelo contrário, parece estruturar-se dentro

⁴¹ VEIGA, Eli. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, Lena et al. (org.) *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

⁴² HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 (Coleção zero à esquerda).

⁴³ Aqui cabe uma explicação. Não optamos pelo termo *mundialização* para designar aqui o sentido das transformações recentes do capitalismo, o que não quer dizer discordância com o posicionamento de Chesnais (op. cit.) em relação à origem do termo globalização. Sua origem, por si só, denuncia seu conteúdo marcadamente ideológico e seu significado como estratégia das grandes corporações, configurando uma fase específica, portanto, com atributos próprios do processo de internacionalização do capital. Não desconsideramos, também, a observação feita por Tavares e Fiori (1997:7-8), que reconhecem a conotação

dessa lógica como uma leitura muito particular da chamada crise ambiental, sob uma ótica liberal. Propõe, inclusive, que o ambiente e seus recursos deixem de ser tratados como “bens livres”, propondo que os “custos ambientais” sejam ou *externalizados* (“transferidos para os vários segmentos da sociedade”) ou *internalizados* (“pagos pela empresa”, podendo ser transferidos para o consumidor), questão que é objeto de intenso debate entre os economistas, especialmente entre os “economistas do meio ambiente”, de orientação neoclássica, como veremos na última parte deste capítulo⁴⁴.

Sendo o problema ecológico um problema “global”, como ficaria a questão relativa à soberania dos Estados-nações? Com sutileza diplomática, mas deixando muito claras suas opiniões, o documento se refere assim a essa questão:

As fronteiras nacionais se tornaram tão tênues que as distinções tradicionais entre questões locais, nacionais e internacionais se confundem. Políticas antes consideradas exclusivamente ‘assunto nacional’ têm hoje impacto sobre as bases ecológicas do desenvolvimento e da sobrevivência de outras nações. Por outro lado, as políticas de algumas nações – econômicas, comerciais, monetárias e em muitos casos setoriais – terem implicações sobre o território ‘soberano’ de outras nações limita as opções destas últimas quanto a soluções nacionais para seus ‘próprios’ problemas. Devido a esse contexto muito mutável de ação nacional, surgiram novos imperativos e novas oportunidades de cooperação internacional⁴⁵.

Para a consecução de uma cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, destinada, principalmente, a implementar e

ideológica adquirida pela palavra, que se tornou um “lugar-comum de enorme conotação positiva, apesar da visível imprecisão conceitual”. No entanto, reconhecem também a força política adquirida por ela, o que faz com que pensem no que aconteceu com o termo “imperialismo” no final do século XIX, originada nos escritos liberais de John Hobson e vulgarizada pela imprensa da época, tendo se tornado-se com o tempo um termo de profunda conotação política negativa. Assim, quando for inevitável usarmos o termo “globalização”, de uso mais corrente aqui no Brasil, será sempre acompanhado de aspas.

⁴⁴ CMMAD. Op.cit.

⁴⁵ CMMAD. Op.cit.

gerir tais políticas nos países *em desenvolvimento*, a CMMAD elege duas instituições financeiras para jogarem um papel de destaque: o Banco Mundial e o FMI “devido à grande influência que exercem no desenvolvimento econômico em todo o mundo”⁴⁶. Isso significa que tais agências, especialmente o Banco Mundial, que trata mais diretamente do financiamento de políticas de desenvolvimento, terão grande influência sobre as elaborações dos programas “nacionais” de desenvolvimento sustentável, determinando aquilo que, na leitura do banco, corresponde a uma estratégia sustentável, já que a crise fiscal dos Estados periféricos determinará uma crescente dependência de financiamento externo nas diversas áreas. Entretanto, como teremos a oportunidade de analisar, as prioridades e a orientação geral das políticas de desenvolvimento serão definidas fora do alcance nacional. Para isso, no início da década de 1990, o Banco Mundial dispunha de uma equipe de mais de 200 funcionários na área ambiental, priorizando o financiamento de projetos que tivessem claras preocupações sociais e ambientais, tendência que era seguida pelo BID e pelos bancos nacionais latino-americanos⁴⁷.

Enfim, o *Relatório Brundtland* demarca novos horizontes para o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, procurando estruturar em torno de si o consenso a respeito do diagnóstico e das políticas de desenvolvimento sustentável, sendo recebido por muitos como um marco histórico que ajudou no processo de consolidação, após o relatório *Limites do crescimento*, de uma “consciência ecológica planetária” e trazer para a ordem do dia nas agendas dos países desenvolvidos tal problemática. No entanto, abre-se uma nova porta para o crescimento econômico pautado agora na justificativa de construir uma maior equidade “global” econômica e social entre os países desenvolvidos e periféricos. Finalmente, vence a estratégia dos primeiros, a qual pode ser considerada uma vitória política e ideológica, já que o “consenso” se deu em torno de suas análises e proposições. Emerge disso o conceito de desenvolvimento sustentável que, para alguns, representa um “novo” estilo de desenvolvimento, que o *Relatório Brundtland* não definia com clareza como colocá-lo em prática.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 377.

⁴⁷ FONSECA, Paulo Sérgio Moreira. Financiar o desenvolvimento sustentável: o caso da América Latina. In: REIS VELOSO, João Paulo (org.). *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

Uma transformação também fundamental para a consolidação desse processo começa a se dar dois anos após a publicação do *Relatório Brundtland*: a desagregação do Bloco Soviético. Desde 1985, sob a liderança de Mikail Gorbachev, então Secretário-Geral do PCUS, várias iniciativas no campo político e econômico foram tomadas para reorientar o desenvolvimento interno e a política diplomática do país, resumidas nos termos que se popularizaram mundialmente: a Perestroika e a Glasnost, reformas que acabaram por estabelecer novas relações no campo soviético, estimulando movimentos dentro e fora da URSS, e que reivindicavam a volta do modelo econômico baseado na livre iniciativa e, no plano político, na democracia liberal. O resultado foi um turbilhão revolucionário que colocou abaixo as estruturas políticas e econômicas do antigo campo socialista, simbolizado no seu auge pela queda do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso final da URSS, em 1991. Isso representou, definitivamente, o fim da ordem mundial do Pós-Segunda Guerra, que era baseada na bipolaridade entre as duas superpotências (EUA e URSS), e a ascensão dos Estados Unidos à condição de única superpotência militar do Planeta. A Guerra do Golfo, em 1992, nos moldes em que ela foi organizada e dirigida, iria ratificar essa hegemonia.

Na América Latina, a eleição de Fernando Collor de Mello à presidência do Brasil, em novembro de 1989, após uma disputa acirrada contra representantes de tradições distintas da esquerda brasileira (Leonel Brizola, herdeiro do antigo trabalhismo getulista e das políticas desenvolvimentistas, e Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT que defendia um programa democrático-popular que, entre outras coisas, pregava a suspensão do pagamento da dívida externa, e contra quem Collor foi a uma disputa no segundo-turno e acabou vencendo). Isto consolida a estratégia neoliberal que seria desde então implementada no Continente e que ficou conhecida como “Consenso de Washington”, que se resume a proposta de um receituário de política econômica, fruto de uma reunião entre economistas e técnicos americanos e latino-americanos, realizada, acreditamos não por acaso, em fins de 1989.⁴⁸ Muitas experiências neoliberais já vinham sendo adotadas na América Latina, como o caso do

⁴⁸ BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: SOBRINHO, Barbosa L. et al. (org.) *Em defesa da soberania nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Chile, o do México, o da Bolívia e o da Argentina. No entanto, só com a⁴⁹, esse projeto continental ganhou força definitiva. Como acentua Fiori (1995a:IXss), citando o Financial Times, nos primeiros anos da década de 1990, verificou-se o que é chamado pelo jornal inglês de uma verdadeira “revolução intelectual” na América Latina contra o pensamento “populista”, quer dizer, contra a tradição desenvolvimentista. Tal “revolução” firmou a idéia da construção do que se apresentava como um “consenso” em torno das idéias neoliberais. Finalmente, em todos os campos, a estratégia de dominação americana se completa.

Numa época que o neoliberalismo se apresentava, pelo menos aos olhos da imprensa nacional e internacional, ancorada sobre opiniões de intelectuais de todas as estirpes, especialmente economistas, o consenso era a palavra-de-ordem do momento. Assim é que, rumo ao “consenso” quanto à questão do desenvolvimento sustentável, esse processo se completa internacionalmente com a realização, no Rio de Janeiro, em junho de 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Participaram desta Conferência, que foi também denominada pelo pomposo e simbólico nome de “Cúpula da Terra”, delegações de 178 países, reunindo-se 102 chefes de Estado. Paralelamente, foi também realizado o Fórum Global das ONGs, que reuniu cerca de 4.000 dessas organizações da sociedade civil⁵⁰. Como preparação para esse evento, no plano internacional, aconteceu em novembro de 1991, em Haia, na Holanda, o simpósio “Desenvolvimento sustentável: do conceito à ação”, promovido pela CMMAD.⁵¹

Também em 1992, um fato fundamental, é a publicação do relatório anual sobre desenvolvimento do Banco Mundial, que foi dedicado à questão ambiental, e no qual é apresentado uma análise dos impactos ambientais do desenvolvimento econômico, principalmente no Terceiro Mundo, além das políticas prioritárias da instituição para alcançar o desenvolvimento sustentável, quando o centro de sua estratégia se volta para o combate à pobreza: “proporcionar oportunidades a fim de que estas pessoas (...) possam

⁴⁹ TAVARES, Maria da Conceição. O. dissenso de Washington. In: SOBRINHO, Barbosa L. et all. (org.) *Em defesa da soberania nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

⁵⁰ BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁵¹ SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI*. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

tornar realidade todo o seu potencial é o objetivo essencial do desenvolvimento”⁵².

Este documento formaliza a centralidade que adquire, desde então, as políticas de desenvolvimento sustentável justificadas em função do combate à pobreza. Para o Banco Mundial, é isso que justifica a proposta de desenvolvimento sustentável. Ali, são retomados os argumentos acerca do crescimento populacional com seus impactos sobre o desenvolvimento econômico. No entanto, as análises são redirecionadas para um outro limite do crescimento econômico: a pobreza, que gera degradação ambiental, impactos sobre os solos cultiváveis, sobre os “hábitats naturais” e sobre as cidades⁵³. Desta forma, é fácil presumir que, para o Banco Mundial, a variável principal que explica o crescimento da degradação ambiental é a ampliação da pobreza, o que também torna fácil concluir quem são os grandes responsáveis pelos problemas ecológicos atuais. Por isso, “o alívio da pobreza é tanto um imperativo moral como um requisito prévio indispensável para chegar a sustentabilidade ambiental. Os pobres são ao mesmo tempo *vítima e agente* [g.n.] da degradação do meio ambiente”, do mesmo modo que “há uma sinergia considerável entre o alívio da pobreza e a proteção do meio ambiente”⁵⁴.

Portanto, o combate à pobreza se configura como o centro da estratégia para atingir o desenvolvimento sustentável. Mas, como alcançá-lo? Mediante o crescimento econômico. Por isso, para o Banco Mundial, a problemática relação entre desenvolvimento e meio ambiente - como acreditou o Clube de Roma no início da década de 1970, e continua sendo apontada, como vimos, por muitos críticos do conceito de desenvolvimento

⁵² BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial 1992: desarrollo y medio ambiente*. Washington: Banco Mundial, 1992.

⁵³ *Ibid.*, pp. 28-31.

⁵⁴ Como salienta Chesnais, os países desenvolvidos, após o grande aumento da produtividade obtida com a introdução das novas tecnologias e da nova organização do trabalho (toyotista), o que proporcionou também a intensificação da concorrência entre esses países, passaram a desenvolver “relações seletivas” com alguns poucos países do Terceiro Mundo, especialmente com aqueles que detêm um mercado interno atrativo, como é o caso da China. “Mas, fora esse caso, as companhias da Tríade precisam de mercados e, sobretudo, não precisam de concorrentes industriais de primeira linha: já lhes bastam a Coreia e Tawiam!”. Isso explica, ainda segundo Chesnais, porque houve um estancamento de IED [Investimento Externo Direto] para muitos países, fazendo com que a questão relativa à “administração da pobreza” fosse ganhando cada vez mais importância para o Banco Mundial, “enquanto o tema do desenvolvimento foi colocado em surdina”. *Op. cit.*, p. 313.

sustentável - agora é considerada uma “falsa dicotomia”⁵⁵. Foi sugerido ser exatamente o contrário quando, ao lado do crescimento econômico, tem-se melhoria dos índices de pobreza. O significado atribuído ali ao termo *desenvolvimento sustentável* retoma as definições do *Relatório Brundtland* a respeito dos compromissos intergerações, com o diferencial que o Banco Mundial se propõe o desafio de pôr em prática esse princípio.

O entendimento de uma perspectiva mais concreta a respeito do que seja desenvolvimento sustentável para essas instituições internacionais vai delineando-se nas propostas do Banco Mundial. Primeiro, o compromisso com as gerações futuras se concretizaria em práticas que devam levar em conta mecanismos que possibilitem a comparação entre os *custos* e os *benefícios* de práticas conservacionistas do presente, como, por exemplo, a redução dos impactos sobre a saúde e a produtividade decorrentes de ações contra a contaminação ambiental. E alguns elementos constituintes da natureza podem sofrer mais com a deterioração, devido à dificuldade de “administrar direitos de propriedades” e determinar valores sobre esses recursos, que são de uso partilhado, como a atmosfera (ou mesmo, incluiríamos nós, o oxigênio produzido pela Floresta Amazônica). Para o Banco Mundial, recursos naturais, especialmente os não renováveis, tendem a sofrer com o consumo excessivo devido a sua subvalorização, como é o caso da água, diferentemente do que ocorre com os metais, minerais e energéticos. Essa questão tem por pressuposto os cálculos de valor que podem ser atribuídos ao meio ambiente, cuja definição a mais explícita possível, para o Banco Mundial, se constitui uma “necessidade”.

Isso não quer dizer que seja possível, ou sequer aconselhável, determinar valores monetários a todo tipo de recurso ambiental, sendo sim conveniente saber que grau de qualidade ambiental se renuncia em nome da proteção do meio ambiente. Neste informe se argumenta que agora se renuncia demasiadamente à qualidade ambiental. No entanto, existe o perigo de que se renuncie demasiadamente ao crescimento econômico no futuro por não tornar claro devidamente quais as concessões recíprocas e não tratar de minimizá-las, e por não aproveitar as políticas que são benéficas tanto para o

⁵⁵Banco Mundial. Op. cit., p.27.

aproveitar as políticas que são benéficas tanto para o desenvolvimento econômico como para o meio ambiente³⁶.

Assim, o desenvolvimento econômico não se conforma como fonte de toda a crise ambiental. Ele é o meio para superá-la, claro, observadas algumas condições. Uma delas refere-se ao desenvolvimento de tecnologias que possam “compensar” as possíveis “conseqüências adversas do crescimento” (*ibid.*:41). Uma outra está referida na superação de “obstáculos institucionais” que impedem uma política de desenvolvimento que promova o crescimento econômico, o combate à pobreza e a proteção ao meio ambiente, definindo o centro do que ali se chama de uma “estratégia de sustentabilidade do desenvolvimento”.

No Informe de 1992, o Banco Mundial reafirma a estratégia de desenvolvimento definida no Informe do ano anterior (uma estratégia “em harmonia com o mercado”), cuja execução se delinea em quatro pontos fundamentais: criação de um ambiente mais favorável às empresas, integração da economia mundial, investimentos em recursos humanos e manutenção da estabilidade macroeconômica, políticas que também facilitarão a proteção ao meio ambiente (*ibid.*:70). Rigorosamente, a lógica do mercado, expressa nas práticas de liberalização comercial, servem para determinar o núcleo central de qualquer estratégia de desenvolvimento e pode explicar tudo a partir dos cálculos “racionais” do custo-benefício de toda ação individual, empresarial ou governamental. Na estratégia, destacam-se algumas propostas que dão ênfase para a educação, recursos hídricos e saneamento, assim como de sugestões como investimento em recursos humanos e de reformas institucionais que, entre outras coisas, permitam uma maior “participação das populações locais”, propostas que constarão, com muita ênfase, nos documentos que serão aqui analisados nos três últimos capítulos.

Assim, as grandes contradições engendradas pelo conceito de desenvolvimento decorre de sua origem, digamos, “oficial”. Ela nasce por dentro de instituições controladas pelos países ricos que propõem e executam políticas afinadas com a estratégia imposta ao mundo por esses países. Se nos termos do Relatório Brundtland prevalece uma espécie de vazio conceitual que emerge do uso de categorias pretensamente universais e ambíguas, distanciadas das realidades sociais, regionais e nacionais (futuro

³⁶ *Ibid.*, p. 38-39.

comum, compromisso entre gerações etc), nas proposições feitas acima pelo Banco Mundial, a adesão ao receituário liberal e internacionalizante é clara e límpida. Para o Banco Mundial, o desenvolvimento sustentável deve compatibilizar crescimento econômico, combate à pobreza e preservação ambiental e a estratégia proposta é dirigida especificamente para os países “em desenvolvimento”. Apesar de enfatizar que “o país está na liderança”, isto é, que são os governos nacionais os formuladores das políticas de desenvolvimento, sendo a instituição financeira apenas um mero parceiro, algumas condições devem ser cumpridas para que essa “parceria” seja mantida. Avaliando, por exemplo, a situação do Brasil, no início do ano 2000, o Banco Mundial é todo elogios quanto à implementação da estratégia por ele defendida e os resultados relativos ao combate à pobreza:

(...) (i) avanço continuado da reforma fiscal; (ii) crescimento renovado; e (iii) um esforço de Governo para aumentar e melhorar as políticas sociais dirigidas. Em particular, um resultado significativo da reforma foi o equilíbrio fiscal, administração das despesas, destinadas em parte para gastos sociais, e reformas do setor financeiro. O Governo mostrou persistência notável e firmeza em seus esforços reformadores em tempos difíceis.⁵⁷

Assim, são excluídas as noções abstratas que estão distantes de aplicações práticas, o que constitui uma grande dificuldade quando a questão diz respeito a uma política de desenvolvimento. Na sua definição e concretização estão implícitos interesses muito concretos relativos a quem ganha e a quem perde no processo de desenvolvimento. A estratégia do Banco Mundial tem como agente principal a empresa privada capitalista. A economia de mercado e o processo de integração da economia mundial, leia-se, de abertura das economias dos países “em desenvolvimento”, com impactos inevitáveis sobre a definição de tais políticas. Como veremos no próximo capítulo, a abertura econômica tende a ampliar a participação dos capitais externos nas definições relativas às políticas de desenvolvimento, que tenderão a impor seus interesses, num jogo em que as regras passam a

⁵⁷ WORLD BANK. *Brazil: country assistance strategy progress report. 2001b*. Disponível em: <<http://www.wds.worldbank.org/servert/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/05/19/00009494601050804481522/Rendered/INDEX/multi0page.pdf>> Acesso em: 19 de junho de 2001.

ser definidas pelos *global players*, que financiarão tais políticas. “É evidente a conveniência de estabelecer mecanismos que permitam que os países ricos prestem assistência aos pobres na introdução de *mudanças necessárias* [g.n.]”⁵⁸.

Os resultados principais da Rio-92 foram: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde constam 27 princípios genéricos relativos ao desenvolvimento sustentável; a Convenção sobre Mudanças Climáticas, que não estabeleceu nem metas de redução de emissões de gases poluentes (a principal causa do chamado “aquecimento global”) nem datas para serem alcançadas tais metas; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Convenção sobre a Biodiversidade, que não levou a assinatura do Presidente dos EUA, George Bush, esvaziando em parte a sua força política; e, por fim, a *Agenda 21*, um documento de 40 capítulos que propõe um programa de ação (não obrigatório) para os governos dos países participantes.

Dentre todos esses documentos, a Agenda 21 é a de maior importância porque traça políticas que concretizarão na prática o significado da idéia de desenvolvimento sustentável. O 4º capítulo trata de questões como consumo, demografia, políticas de saúde, educação, assentamentos humanos, políticas ambientais gerais, políticas sociais relativas à mulher, à infância e juventude, índios, o papel das ONGs, dos sindicatos de trabalhadores, do papel da ciência e tecnologia, das mudanças institucionais, entre outros temas. No entanto, comentaremos rapidamente as questões mais pertinentes a este trabalho. A Agenda 21 enfatiza, seguindo a linha definida anteriormente no relatório Brundtland, como centro da nova estratégia a necessidade da cooperação internacional. No capítulo dois, defende o estabelecimento de uma parceria mundial e indispensável articulação da economia mundial que se dará mediante a liberalização do comércio e do financiamento aos países “em desenvolvimento” e o estímulo a políticas internas que estejam em conformidade com o novo estilo de desenvolvimento. Assim, é recomendado aos governos ações que atuem junto às organizações de comércio internacionais, como o GATT, para que sejam mantidos os princípios relativos à livre circulação de mercadorias. No capítulo três, é defendido o combate a pobreza como uma prioridade das políticas de desenvolvimento sustentável, omitindo, no entanto, qualquer crítica aos impactos sociais do endividamento dos países pobres. A Agenda

⁵⁸ BANCO MUNDIAL. Op. cit., p. 26.

21, assim, consolida uma concepção de desenvolvimento que, procurando dar conta dos dilemas ambientais, não consegue enxergar contradição alguma entre o modelo de sociedade e suas práticas sociais cada vez mais orientadas pelo mercado e suas incidências sobre a natureza. Muito pelo contrário, reafirma que é mantendo e até ampliando o crescimento econômico que se encontrará a via para um desenvolvimento sustentável.

Portanto, a elaboração e consensualização do conceito de desenvolvimento sustentável se desenvolvem no percurso da crise capitalista iniciada no início da década de 1970 e ganham contornos cada vez mais precisos, à medida que uma nova ordem capitalista se conforma sob a hegemonia das idéias neoliberais, determinando o sentido desta nova ordem.

CONCLUSÕES

Neste texto, enfatizamos o debate sobre desenvolvimento sustentável, procurando demonstrar uma característica observada por muitos dos seus críticos: a sua *ambigüidade* conceitual. Acreditamos que a nossa contribuição está exatamente em demonstrar que essa ambigüidade busca esconder sua articulação intrínseca com a estratégia neoliberal de desenvolvimento, já que a nova proposição não rompe com a idéia central do paradigma anterior. O cerne do paradigma desenvolvimentista, qual seja, a defesa do crescimento econômico como fator de mudança social. O novo paradigma de desenvolvimento sustentável se articula ideologicamente à nova ordem internacional capitalista de liberalização e desregulamentação econômica, que segue a lógica do discurso dos que defendem a “globalização”. A própria questão ambiental passa a ser definida como uma questão “planetária”, cujas preocupações, argumenta-se, transcendem as fronteiras nacionais. Isso põe em jogo, também, o controle nacional das reservas naturais e da biodiversidade de países como o Brasil.

Sobre conceito de desenvolvimento sustentável, só podemos entender a sua conformação e especificidade como discurso ideológico, além da força que adquiriu em todos os meios, especialmente na política e na academia, se tivermos especialmente em conta o contexto de sua emergência. O início dos anos 70 marca também o início da transição rumo a um novo regime de acumulação. Em suma, quando se iniciam as primeiras conferências mundiais da ONU sobre desenvolvimento e meio ambiente, já estão desatados processos irremediáveis que solaparão as bases do anterior regime de acumulação fordista. Em 1971, foi posto um fim ao padrão dólar-

ouro, sinalizando a emergência de uma nova dinâmica econômica para o capitalismo, em que as trocas internacionais, e, portanto, a relação entre as moedas nacionais já não se referenciarão em valores palpáveis, como o do ouro, mas no próprio dinheiro *em si*, abrindo espaço para o processo de financeirização da acumulação capitalista; em 1973, a primeira crise do petróleo produzirá um violento aumento dos custos de produção e reprodução do capital e será uma espécie de *pá de cal* em qualquer possibilidade de retomada do crescimento econômico que prevalecera até então no capitalismo mundial, gerando a necessidade de novas frentes de valorização para capital; por outro lado, uma nova *revolução técnico-científica* estava se iniciando, o que ajudou a intensificar o processo de integração de mercados; além disso, a crise que se instalara no centro do capitalismo levou a mudanças políticas que passaram pela reconfiguração da estrutura do Estado e pela reorientação deste na relação com a sociedade: ao invés dos acordos interclassistas, o confronto e o anti-sindicalismo, e em conformidade com essa lógica, a adoção de novas posturas frente ao déficit público especialmente através da redução dos gastos sociais.

Contíguo a esses acontecimentos, discute-se em profundidade as responsabilidades do intervencionismo estatal para a crise em curso, resultando no abandono das chamadas políticas keynesianas, que dará lugar, em fins dos anos 70 e início dos 80, à volta ao liberalismo. A questão de que partimos, nesse primeiro momento de definição teórica foi a seguinte: seria possível um novo paradigma de desenvolvimento emergir alheio a esses acontecimentos e ao debate sobre a problemática do Estado que marcou esse processo de transição? Concluímos que não e que, portanto, o *novo* paradigma de desenvolvimento será marcado ideologicamente pela hegemonia do ideário neoliberal em ascensão, e isso pode ser verificado pela intensa participação de economistas da escola neoclássica e de instituições oficiais na elaboração de relatórios que, em geral, nunca deixaram de fazer indicações teóricas sobre o tema desenvolvimento sustentável, determinando uma direção muito precisa para a sua conceituação;

A emergência do problema ecológico se deu, inicialmente, na esteira da crítica ao desenvolvimento e ao crescimento econômico. E se a crise da idéia de desenvolvimento econômico tem raízes objetivas, históricas portanto, ela se funda na crise que o próprio modo de produção vivia, cuja extensão não se circunscrevia à idéia de desenvolvimento, porque não é apenas ela que está em crise. Em meio a essas mudanças havia uma crise capitalista de grande profundidade. Portanto, a crise ambiental será

delineada, desde então, como um subproduto do desenvolvimento e, juntas, conformam a base de uma nova ideologia, que de início será crítica do crescimento econômico, mas redirecionará suas preocupações para o combate à pobreza, reinserindo o crescimento econômico como fundamento das políticas de desenvolvimento, voltadas agora para atingir o objetivo de diminuir o impacto social das políticas de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento sustentável se volta, em grande medida, como modelo para os países pobres, redirecionando também o grau de responsabilidade pela emergência da crise ambiental. A publicação do relatório do *Clube de Roma* (MEADOWS et. al. 1972) e a realização da primeira conferência internacional sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo, ambos em 1971, estão entre os acontecimentos que dão uma dimensão internacional ao debate sobre a problemática relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Assim, elas se inserem, em um conjunto de acontecimentos, todos muito próximos, que compõem o quadro que resultarão no colapso do fordismo, cujo *regime de acumulação* se baseava em um modelo específico de industrialização, que incluía os princípios do pleno emprego, no consumo e produção em massa, da presença reguladora do Estado, além dos vínculos políticos com as suas respectivas sociedades nacionais. Tais características, especialmente as que dizem respeito às formas da produção e do consumo, tenderam a produzir e reproduzir, permanentemente, profundas repercussões sobre as reservas naturais do planeta, que começaram a sofrer impactos num ritmo relativamente acelerado. Além disso, a incorporação de alguns países da semiperiferia do capitalismo (Brasil, Argentina, México, Coréia, Índia, China, Rússia, entre outros) ao processo de desenvolvimento econômico e à industrialização, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, teve por consequência o aumento da pressão sobre as reservas naturais do planeta o que fez emergir, como uma possibilidade real ou não, preocupações a respeito de um possível impasse no futuro que pudesse limitar a reprodução do estilo de vida das populações dos países desenvolvidos.

Nesta perspectiva, a discussão a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável nos permitiu ir além das definições abstratas e universalistas oriundas de formulações que, como vimos, após anos de debates, possibilitou a ONU determinar com razoável grau de consenso, os termos da nova proposta de desenvolvimento sustentável, apresentada desde então nos discursos dos formuladores de políticas de desenvolvimento orientadas pelo novo paradigma, sob a forma de generalidades tais como o

atendimento às necessidades do presente sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras, ou mesmo a atribuição à “humanidade” como um todo a responsabilidade pelos problemas ecológicos. O desenvolvimento sustentável é muito mais do que isso. Sua definição e sua aplicação através da elaboração políticas de desenvolvimento orientadas pelo novo modelo de desenvolvimento vai mais além do que afirmá-lo como compromissado com as gerações futuras devido à incorporação de preocupações com a preservação do meio ambiente. Uma proposta de desenvolvimento envolve questões mais concretas e práticas que, historicamente e no caso do Brasil, envolvem definições precisas a respeito do papel do Estado e que estão vinculadas a uma compreensão acerca dos objetivos modernizantes do desenvolvimento, que tinham em conta, como uma realidade a ser mudada, pelo menos no que dizia respeito à forma e da inserção do país na divisão internacional do trabalho, o que quer dizer que a postura do Estado era ativa diante dessa estrutura do capitalismo internacional, e não passiva, meramente de adaptação;

Também é em meio a essa conjuntura que emerge o discurso sobre a “globalização” que vai se afirmando no processo de abertura e liberalização das fronteiras econômicas, além da desregulamentação interna das economias, principalmente nos países da periferia capitalista. Esse discurso é incorporado e reproduzido intelectualmente, apresentando-se cada vez mais como um acontecimento irresistível e irreversível, cuja ação possível seria apenas a *adaptação* por parte de todos. Adaptação às imposições do livre-mercado, à quebra de toda e qualquer limitação à livre circulação de mercadorias, serviços e dinheiro, o que pressupõe a quebra das amarras regulatórias dos Estados nacionais. Esse processo de subordinação das economias periféricas foi antecedido por um intenso endividamento externo, que, no caso do Brasil, solapou as bases da autonomia relativa para o estado propor e gerir políticas de desenvolvimento nacional devido à incapacidade do país de seguir financiando-as. Como demonstramos, o recurso ao financiamento externo recente não compromete a lógica histórica da modernização capitalista no Brasil, que sempre se caracterizou pela ausência de um projeto estratégico para a nação e pela recorrência, em momentos fundamentais da nossa história, ao financiamento externo. No entanto, a particularidade do processo atual está exatamente na perda dessa referida autonomia relativa na formulação e na condução das políticas de desenvolvimento econômico, quando se dá uma ingerência direta de instâncias externas no monitoramento e definição de tais políticas, nos

moldes e sob a influência do que ficou conhecido, a partir de 1989, como *Consenso de Washington*, ou seja, de indicações padronizadas de política econômica para todos os países da América Latina. A eleição de Fernando Collor, nesse mesmo ano, ratificaria a adesão do país à nova estratégia de internacionalização, que dará início ao processo de reestruturação do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETA, Michel. **Régulation et Crises du capitalisme: L'expérience des Etats-Unis**. Paris: Calmann, 1976.

ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.

ALTVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 1992: desarrollo y médio ambiente**. Washington: Banco Mundial, 1992.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: SOBRINHO, Barbosa L. et all. (org.) **Em Defesa da soberania nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. Lisboa: Dinalivro, 1990.

BRUNDTLAND, Grø Harlem. "Prefácio da Presidente". In: CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BRÜSEKE, Joseph F.. "O problema do desenvolvimento sustentável". In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim

Nabuco, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. "Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações". In: FIORI, José Luís (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONSECA, Paulo Sérgio Moreira. Financiar o desenvolvimento sustentável: o caso da América Latina. In: REIS VELOSO, João Paulo (org.). **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUIMARÃES, Roberto. Da oposição entre desenvolvimento e meio ambiente e desenvolvimento sustentável. In: FONSECA JR. e DE CASTRO, Sérgio Henrique N. (orgs.) **Temas de política externa brasileira II**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GUIMARÃES, Roberto. Da oposição entre desenvolvimento e meio ambiente e desenvolvimento sustentável. In: FONSECA JR. e DE CASTRO, Sérgio Henrique N. (orgs.) **Temas de política externa brasileira II**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed- Loyola, 1993.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 (Coleção zero à esquerda).

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

LELE, S. M. "Sustainable Development: a critical review". **World development**. Great Britain: Pergamon Press, n. 19, 607-621, junho 1991.

LIPIETZ, Alain. **Mirages et miracles**. Problème de l'industrialization dans le tiers monde. Paris: La Découverte, 1985.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.

MEADOWNS, Donella H., MEADOWNS Dennis L., RANDERS, Jørgen, BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento**. Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

NAREDO, José Manuel. Cuantificando el capital natural. Más allá del valor. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, ano II, nº 3 e 4, p. 29-64, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

_____. Sobre la origen, el uso y el contenido del término sostenible. **Ciudades para un futuro mas sostenible (CF+S)**. Madri, março de 1998. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a004.html>. Acesso em: 20 jan.2001.

ROSTOW, W. W. **Las etapas del crecimiento económico: un manifiesto no comunista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

RODRIGUES, Valdemar et al.. Avaliação do quadro de desertificação no Nordeste do Brasil: diagnósticos e perspectivas. In: GOMES, Gustavo M. et all. **Desenvolvimento sustentável no Nordeste**. Brasília: IPEA, 1995.

SACHS, Ignacy. La lógica del desarrollo. **Revista internacional de ciencias sociales**. Nova York, n. 157, set. 1998. Disponível em:

<<http://firewall.unesco.org/issj/rics157/sachsspa.html#isac>>. Acesso em: 22 jan. 2001.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. O dissenso de Washington. In: SOBRINHO, Barbosa L. et all. (org.) **Em defesa da soberania nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

VEIGA, Eli. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, Lena et all. (org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

WORLD BANK. **Brazil**: country assistance strategy progress report, 2001b. Disponível em:

<<http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/05/19//00009494601050804481522/Rendered/INDEX/multi0page.pdf>> Acesso em: 19 de junho de 2001.

VIEIRA, Flávio Lúcio R. **O círculo fechado do consenso neoliberal: planejamento regional, desenvolvimento sustentável e neoliberalismo no Nordeste**. Tese de doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 2002.